

*“Terras da minha pátria, eu vos saúdo,  
Depois de longa ausência!  
Eu te saúdo, oh céu da minha infância!  
Inda brilhar te vejo nestes climas,  
Da providência esmero,  
Onde se apraz a amiga liberdade  
Tão grata aos corações americanos!  
Minha terra saudosa (...)”*

*MAGALHÃES, Gonçalves. Saudação à pátria à vista do Rio de Janeiro no meu regresso da Europa – em 14 de maio de 1837.*

*FACIOLI, Valentin; OLIVIERI, A. Carlos (org.). **Poesia Brasileira** – Romantismo, Série Bom Livro, São Paulo: Ática, 2000, p. 18.*

*“De romance puramente de análise, raríssimo exemplar temos, ou porque a nossa índole não nos chame para aí, ou porque seja esta casta de obras incompatível com a nossa adolescência literária.”*

*ASSIS, J. M. Machado. Notícia atual da literatura brasileira – Instituto de nacionalidade. **Obras completas de Machado de Assis** – crítica literária. São Paulo: Brasileira, 1959, p. 137.*

I – “As questões de foro íntimo e a instituição de uma literatura brasileira: Gonçalves de Magalhães e Machado de Assis dois protagonistas de uma cultura nacional”.<sup>1</sup>

Luciana Tavares Borges<sup>2</sup>

*A literatura que se escreve no Brasil é já a expressão de um pensamento e sentimento que se não confundem mais com o português, e em forma que, apesar da comunidade a língua, já não é mais inteiramente portuguesa. É isto absolutamente certo desde o Romantismo, que foi a nossa emancipação literária, seguindo-se naturalmente à nossa independência política.*<sup>3</sup>

## Introdução

Nas palavras beneplácitas do crítico literário, José Dias de Matos Veríssimo (1857-1916), estão representadas categoricamente o pensamento basilar do discurso fundador da literatura brasileira. Apregoado, a princípio por Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), no seu célebre “*Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*” (1836)<sup>4</sup>, o romantismo preconizava desde o seu nascimento uma instituição da literatura nacional, que se valeria da legitimação do índio como personagem principal na constituição do país, na descrição dos costumes e da natureza.

Dessa forma, tais premissas seriam os pilares de sustentação da estética romântica, que se recorria à escalada “origem”, para servir de estro no desenho da cor local. Soma-se a isto, a independência política do Brasil efetivada em 1822. A desvinculação com Portugal causou um sentimento de lusofobia à jovem nação emancipada, por isso era necessário criar uma identidade e uma cultura própria.

Ao jovem ávido de conhecimento e reconhecimento Gonçalves de Magalhães, coube a tarefa de sistematizar a história da literatura brasileira e de demarcar a sua

---

<sup>1</sup> Este texto foi apresentado originalmente como avaliação final da disciplina “Estudos em Historiografia Literária: textos fundadores” do curso de Mestrado em Teoria Literária da Universidade Federal de Uberlândia.

<sup>2</sup> Aluna do Programa de Pós-graduação em História Social (Mestrado) da Universidade Federal de Uberlândia.

<sup>3</sup> VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). Introdução Heron de Alencar. 4ª ed., Brasília: EDUNB, 1981, p. 23.

<sup>4</sup> Este ensaio foi originalmente apresentado no Instituto Histórico de Paris em 1834. Dois anos depois, o mesmo foi editado na Revista Brasiliense *Nitheroy* (Paris). Além deste esboço, Magalhães publicou no mesmo ano (1836) a obra “Suspiros poéticos e saudades” inaugurando, portanto, o romantismo.

ascendência. Para ele, a poesia seria a maestrina da cultura nacional, desde que estivesse imiscuída dos preceitos românticos. Contudo, será que a mesma se manteve hegemônica nas produções literárias? E a figura mítica do índio permaneceu perene nas letras brasileiras?

Este trabalho, que, por hora apresentamos como avaliação final da disciplina, “Estudos em historiografia literária brasileira: textos fundadores”<sup>5</sup>, não tem a pretensão de traçar um panorama didático ao romantismo, visto que tal erro suscitaria em generalizações e numa análise superficial da questão.

Embora, a discussão sobre o ensaio de Gonçalves de Magalhães seja um dos pontos preponderantes deste texto, o mesmo não se propõe a discorrer a biografia do autor. O que nos interessa seguramente é estabelecer a relação entre o discurso fundador de uma nova escrita da história da literatura brasileira, representado no “ensaio”, com a narrativa histórica desenvolvida na prosa machadiana.

Dessa forma, não é objeto deste estudo delinear uma linha hegemônica de pensamento entre, Gonçalves de Magalhães e Machado de Assis e nem afirmar que ambos são antagonicos. O que se tenciona neste trabalho é problematizar a proposição defendida por Magalhães de uma poesia voltada para a cor local e o surgimento do romance brasileiro, especificamente o machadiano, que imbuído de uma linguagem universal traz para o seu enredo momentos políticos da história do Brasil.

Neste sentido, seria um desvario abordar os nove romances<sup>6</sup> escritos por Machado de Assis, por isso elegemos o penúltimo livro do literato, o romance *Esau e Jacó* (1904), como uma fonte de interlocução para a proposta deste trabalho. Situaremos os capítulos 60 a 64 do livro onde o narrador-personagem Conselheiro Aires – procura compreender o que de fato sucedeu na manhã de 15 de novembro de 1889, uma vez que o mesmo “(...) ouviu umas palavras soltas, Deodoro, batalhões, campo ministério, etc.”<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> Esta disciplina é oferecida no curso de Mestrado em Teoria Literária do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia. No segundo semestre de 2009, a mesma foi ministrada pelos professores: Joana Muylaert e Eduardo Tollendal.

<sup>6</sup> Seguindo a ordem cronológica são estes os nove romances escritos por Machado de Assis: *Ressurreição* (1872); *A mão e a Luva* (1874); *Helena* (1876), *Iaiá Garcia* (1878); *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881); *Quinas Borba* (1891); *Dom Casmurro* (1899); *Esau e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908).

<sup>7</sup> ASSIS, J. M. Machado de. *Esau e Jacó*. São Paulo: Nova Cultural, 2003, p. 132. Quero ressaltar que o exame destes cinco capítulos, que por ora apresento neste trabalho, é um desdobramento do projeto de pesquisa “A desconfiança do relojoeiro e dúvida do conselheiro: Policarpo e Aires dois personagens machadianos intérpretes da república brasileira”, que será desenvolvido no programa de pós-

A preocupação com o exame destes capítulos não visa a uma análise puramente historiográfica, mas observar a inquietação do escritor com as instituições políticas do país e o reflexo destas no romance *Esau e Jacó*. Portanto, para que se estabeleçam os objetivos deste escopo, este trabalho será dividido em dois tópicos: no primeiro apresentaremos o “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”, de Gonçalves de Magalhães e a sua importância nos estudos literários; no segundo e mais denso tópico abordaremos a produção machadiana, e a sua preocupação em trazer para o romance as questões nacionais em detrimento à poesia indianista defendida por Magalhães, em seu bosquejo. Por isso, iremos operacionalizar essas questões com acuidade, para localizarmos a relevância destes dois escritores na literatura brasileira, segundo suas posições ideológicas.

## II - Gonçalves de Magalhães e o “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil” (1836).

*Cada povo tem sua literatura, como cada homem o seu caráter, cada árvore o seu fruto.*<sup>8</sup>

Paris, 1836. Naquele ano vinha a lume, o notável, “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”, de Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882). Apresentado dois anos antes no Instituto Histórico de Paris, este esboço escrito pelo jovem médico fluminense, objetivava delinear um passado literário e um marco fundador de nascente historiografia literária brasileira, pois, “Após a independência do Brasil, o país viu-se diante de uma tarefa urgente: buscar a sua identidade nacional e cultural e, nessa busca, definir o que seria nossa História da literatura (...)”<sup>9</sup>.

A análise sucinta da professora Tânia Serra aponta que a jovem nação brasileira, se esforçara em estabelecer as suas características próprias, pois era necessário apagar

---

graduação em História Social (Mestrado) da Universidade Federal de Uberlândia, no período de 2010 a 2012.

<sup>8</sup> MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil (1836). *Nitheroy*: Revista Brasiliense: Ciências, letras e artes, Paris, Tomo I, vol. 1, 1836, p. 1.

<sup>9</sup> SERRA, Tânia Rebelo Costa. Prolegômenos a uma história da literatura no século XIX: o “Ensaio Sobre a História da Literatura do Brasil” (1836), de Domingos José Gonçalves de Magalhães. **Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia – aprender com a História?** Mariana: UFOP, NEHM/PPGHIS, 2009, p. 1.

toda e qualquer herança colonizadora de Portugal.<sup>10</sup> Neste sentido, Magalhães ao direcionar o seu ensaio, para o público coevo, tinha a pretensão de situar a importância da literatura para as questões nacionais.

A epígrafe que abre este tópico já resumiria o valor da aceção acima. A literatura seria a identidade de uma nação. Ao apresentar a trajetória literária de outros países, Magalhães, no decorrer de texto levanta as seguintes indagações,

*(...) aplicando-nos agora especialmente ao Brasil; as primeiras questões, que se nos apresentam são: Qual é a origem de sua literatura? Qual seu progresso, seu caráter, que fases tem tido? Quais os que a cultivaram, e as circunstâncias, que em diferentes tempos favoreceram, ou tolheram seu florescimento?*<sup>11</sup>

As interrogações feitas por Gonçalves de Magalhães vislumbradas no excerto acima, resumem a sua inquietude em relação à construção de um panorama histórico da literatura brasileira. Essa ausência poderia ser suprimida através de aliança metodológica com a história, como forma de traçar uma linearidade, uma evolução na arte literária do país recém libertado.<sup>12</sup>

Ao atribuir à literatura o papel de instrumento determinante para a edificação da nacionalidade, Magalhães recorria legitimar o seu ensaio, que em 1865 passaria por uma revisão e ganharia a denominação de Discurso, como marco fundador da Historiografia

---

<sup>10</sup> O processo de independência do Brasil começou a se intensificar após o retorno de D. João VI (1767-1826) a Portugal, pois “esta atitude contrariava, em parte, os interesses brasileiros, pois o centro decisório da monarquia retornava à Europa. Por outro lado, deflagrava um processo no qual todas as províncias teriam representação. Mas a assembleia lusitana contrariou os interesses brasileiros, desencadeando o processo de independência liderado pelo Rio de Janeiro, tendo à frente o príncipe regente D. Pedro e os homens mais próximos a ele.

“Em 1º de agosto de 1822, o príncipe D. Pedro assinava decreto declarando o Brasil politicamente independente de Portugal, e acusando os constituintes portugueses de tiranos. *O Manifesto aos povos do Brasil*, de Gonçalves Ledo, também do dia 1º de agosto, e o *Manifesto às nações amigas*, de José Bonifácio, do dia 6 de agosto, consideraram a separação política um fato consumado”. (A Construção do Brasil, 2006, p. 31 e 32). Cf. também, SOUZA, Iara L. Carvalho. Cap. 3. As várias representações do Brasil: a opção por D. Pedro. *Pátria Coroada. O Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: Edunesp, 1999, p. 91 a 106.

<sup>11</sup> MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. Op. Cit. Pág. 2.

<sup>12</sup> Segundo Rouanet era preciso “(...) escrever o que quer que fosse – poesia ou história, teatro ou levantamentos topográficos, romances ou descrições geográficas, crônicas ou dissertações sobre etnografia – podia ser instrumento para se atingir o objetivo visado. (...) era preciso que o se escrevesse fosse considerado “útil” e “preciso” para a pátria”. ROUANET, Maria Helena. Nacionalismo. JOBIM, José Luís. (org.) **Introdução ao Romantismo**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999, p. 17.

literária brasileira (cf. Erivan, 2008, p. 4). Visto que, anteriormente mesmo diante da escassez de fontes, nenhum brasileiro discorreu sobre o assunto. Tal registro coube a três estrangeiros: Friedrich Bouterwek (1765-1828), Sismonde de Sismondi (1773-1842) e Ferdinand Denis (1798-1890)<sup>13</sup>, que apenas “alguma coisa disseram...”<sup>14</sup>

*O primeiro apenas conhecia Cláudio Manoel da Costa, de quem alguns pedaços apresenta, o segundo inteiramente pauta-se sobre o primeiro; e a menção que faz de alguns brasileiros (...). No resumo da história literária de Portugal, e Brasil, por extenso desenvolvimento esta última ofereça, contudo, basta uma vista de olhos para ver-se que ainda longe está de ser completa, servindo apenas para dar uma ideia a estrangeiros.*<sup>15</sup>

Ao tratar com desapeço estes trabalhos predecessores ao seu, Magalhães se legitima como único portador de autoridade, para desenhar o quadro histórico da literatura brasileira. Dessa forma, se apoiava no forte sentimento de lusofobia, alegando que, “O Brasil, descoberto em 1500, jazeu três séculos esmagado debaixo da cadeira de ferro (...)”<sup>16</sup>, principalmente no que tange ao processo de “civilização” aos índios<sup>17</sup> e a prática segregacionista aos negros.

Neste sentido, era preciso imbuir um sentimento de pertencimento a pátria independente, à medida que a necessidade de esboçar um perfil para a nação brasileira se fazia presente. A criação do *Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* (1838), responderia a essas perspectivas ideológicas, pois “(...) O IHGB seria uma instituição científico-cultural destinado a definir a nação brasileira para si e para o “outro”, dessa forma, a história seria “o meio indispensável para forjar a nacionalidade”<sup>18</sup>.

---

<sup>13</sup> Para uma análise mais profunda destes autores sugiro as seguintes leituras: BOLOGNINI, Carmen Zink (org.). **História da literatura**: o discurso fundador. Campinas: Mercado de letras, ALB; São Paulo: Fapesp, 2003 (Coleção Histórias de Leitura); CÉSAR, Guilhermino (org.). **Historiadores e críticos do romantismo**: a contribuição europeia, crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, São Paulo: Edusp, 1978.

<sup>14</sup> MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. Op. Cit. Pág. 2.

<sup>15</sup> Ibidem, p. 2.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>17</sup> Cf. LUZ, Guilherme Amaral. **Carne Humana**: canibalismo e retórica jesuítica na América portuguesa (1549-1587). Uberlândia: Edufu, 2006. Sugiro principalmente o ensaio “carne humana de Deus”, p. 149-200.

<sup>18</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, nº. 1, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1988/1, p. 14.

O caráter cientificista, que foi atribuído à história<sup>19</sup> no século XIX, a tornou uma aliada imprescindível para o Estado-nação, pois a mesma apregoava uma metodologia factual, que consistia na valorização do fato, do acontecimento narrado linearmente, sem problematizá-lo, ressaltando assim a noção de “progresso” difundida pela corrente positivista. Tal procedimento foi incorporado por nações, que objetivavam delinear a sua identidade, visto que, tinha que estabelecer credibilidade aos “feitos dos grandes homens do país”, pois a história traria a “verdade” do evento.

No Brasil, por influência do Instituto Histórico de Paris<sup>20</sup>, o IHGB que já havia sendo arquitetado desde 1827, na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional<sup>21</sup>, se propunha a alavancar o progresso para o Brasil. Neste sentido, a publicação da Revista do IHGB (trimestral)<sup>22</sup> levaria para a população conhecimentos culturais, políticos, geográficos, que se confluíam em três temáticas centrais: problemática indígena, as viagens e explorações científicas e o debate da história regional, sendo que a primeira receberia uma maior atenção, visto que, era importante salientar o grau de “civilização”, que os índios tinham alcançado desde os jesuítas até sobre o processo de “progresso”, que o país estava vivenciando sob a égide do 2º reinado (1840-1889)<sup>23</sup>.

O mérito da Casa de Bragança ressaltado nas páginas da Revista do IHGB valorizava o sentimento de lusofobia inaugurado em 1822 com a independência. Concomitante, Gonçalves diante deste quadro “vê-se compelido a forjar um passado literário para a pátria”<sup>24</sup>. Dessa forma, o escritor fluminense nomeia dois períodos da história do Brasil: no primeiro compreenderia os séculos XVI, XVII e XVIII e no segundo os anos de 1808 até 1836.

---

<sup>19</sup> Cf. ARENDT, Hannah. O conceito de história – o antigo e o moderno. **Entre o passado e o moderno**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

<sup>20</sup> Vale ressaltar a importância de três intelectuais brasileiros no Instituto Histórico de Paris: Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879); Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882) e Francisco Sales Torres Homem (????).

<sup>21</sup> GUIMARÃES, M. L. Salgado. Op. Cit. p. 8.

<sup>22</sup> Para fins de pesquisa, existem alguns exemplares da Revista do IHGB, no Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS – UFU – Bloco 1Q).

<sup>23</sup> D. Pedro II (1825-1891), o rei “filósofo” amava as ciências e a cultura. Com a mudança do IHGB para o Paço Imperial em 1849, o mesmo passa a ter assiduidade naquela instituição e em 1851 torna-se protetor da mesma.

<sup>24</sup> SERRA, Tânia R. C. Prolegômenos a uma história da literatura no século XIX: o “Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil (1836), de Domingos José Gonçalves de Magalhães. **Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia – aprender com a História?** Mariana: UFOP, NEHM/PPGHIS, 2009, p. 5.

Na primeira proposição, Magalhães menciona que no século XVI, época do descobrimento, o país não teve nenhum escritor, já no seguinte, ele aponta a existência de alguns poetas e prosadores; e o papel dos jesuítas. Mas é o século XVIII, o do iluminismo, que Magalhães atribui à abertura da carreira literária no país<sup>25</sup>.

Se o século XVIII representou a inauguração da literatura brasileira, coube ao século XIX, “com as mudanças e reformas políticas, que tem o Brasil experimentado, nova face literária apresenta”<sup>26</sup>. Neste sentido, Gonçalves de Magalhães elege a origem da literatura brasileira, a partir da vinda da família real portuguesa em 1808 e posteriormente ao processo de independência em 1822, pois era necessário romper com a herança retórico-poética do classicismo, em favor da originalidade do romantismo, que se propunha à jovem “pátria” desenhar a cor local, representado na figura mítica do índio<sup>27</sup>.

O empenho de Magalhães em privilegiar a figura do índio na literatura brasileira seria a pedra-de-toque do romantismo. O século XIX, porém, reservava outras estéticas literárias, que voltadas para a análise social e psicológica ganhariam espaço ao público. No Brasil oitocentista surgiria entre outros, um escritor que voltado para a linguagem universal retrataria as questões políticas, sociais e históricas nos seus contos, poesias, crônicas e romances. No tópico a seguir trataremos com mais profundidade dessas características do bruxo do Cosme velho<sup>28</sup>, Machado de Assis.

---

<sup>25</sup> MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves. Op. Cit. p. 7.

<sup>26</sup> Ibidem. p. 7.

<sup>27</sup> KARVAT, Erivan. Op. Cit. p. 7.

<sup>28</sup> Acredita-se que esse apelido foi uma homenagem do poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), a Machado de Assis no poema “A um bruxo com amor”.

### III – Machado de Assis, o escritor de seu tempo e de seu país.

Junho de 1839. Morro do Livramento, Rio de Janeiro, no dia 21 daquele mês nascera um menino mulato e pobre, que seria anos mais tarde laureado como um dos mais importantes escritores brasileiros, seu nome: Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908)<sup>29</sup>. Desde muito jovem, Machado despertou pela verve literária, aos 16 anos, em 1855 publica seu primeiro poema *Ela* no jornal *Marmota Fluminense*.

A partir daí passou a escrever contos, crônicas, romances, peças de teatro, além de tradutor. Morreu no dia 29 de setembro de 1908, aos 69 anos, extremamente amargurado com a perda da esposa Carolina Augusta Xavier de Novais (1835-1904), à qual alguns estudiosos atribuem ser a “D. Carmo” do romance *Memorial de Aires*. Deixou-nos um legado primoroso, pois acreditava que as letras poderiam contribuir para as questões nacionais, pois (...) “eu gosto de ver a política entrar pela literatura; anima a literatura a entrar pela política, e dessa troca de visitas é que nascem as amizades”<sup>30</sup>.

Ao incorporar essa amizade entre literatura e política nos seus romances, Machado de Assis inaugura em 1881 (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*) juntamente com o escritor maranhense Aluísio Azevedo (1857-1913), autor de “O Cortiço”, o realismo no Brasil, que tinha como característica uma narrativa mais voltada para a análise psicológica e crítica da sociedade. Isso se justifica porque, “(...) o romance se diferencia dos outros gêneros e de formas anteriores de ficção pelo grau de atenção que dispensa à individualização dos personagens e à detalhada apresentação de seu ambiente”<sup>31</sup>.

O esmerado livro de Ian Watt apresenta-nos o surgimento do gênero romance na Inglaterra do fim do século XVIII. Era preciso romper com os enredos tradicionais (mitologia grega, lenda), e favorecer a prosa em detrimento da poesia. Dessa forma, ele nomeia três escritores como precursores deste estilo literário; Defoe, Richardson e Fielding, sendo que o primeiro “(...) inaugurou uma nova tendência na ficção: sua total

---

<sup>29</sup> Para uma análise mais profunda da biografia de Machado de Assis, sugiro: JÚNIOR, Raimundo Magalhães. **Machado de Assis** - Desconhecido. São Paulo: Civilização Brasileira, 1971.

<sup>30</sup> Crônica **A Semana**. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1894.

<sup>31</sup> WATT, Ian. **A ascensão do romance**: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 19.

subordinação do enredo ao modelo da memória autobiográfica afirma a primazia da experiência individual no romance (...)”<sup>32</sup>.

A predominância de instituir uma identidade particular no personagem proporcionou ao gênero romance a função de examinar aquele no contexto social. Nesse sentido, o enredo se aproxima da realidade ao tratar de temáticas contemporâneas que visam basicamente criticar a burguesia através de seu núcleo central: a família.

No Brasil, Machado de Assis apregoou essas referências nos seus últimos romances: *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881); *Quincas Borba* (1891); *Dom Casmurro* (1899); *Esau e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908). Os personagens principais que dão nome aos títulos, serão na trama machadiana, o artífice do autor para efetuar a crítica à sociedade carioca oitocentista.

Ao enfatizar essa peculiaridade em sua obra, Machado de Assis busca manter com seu público uma relação íntima, que se estabelece peremptoriamente entre narrador e leitor. O trabalho criterioso do professor Hélio Seixas Guimarães<sup>33</sup>, objetiva “(...) estabelecer conexões entre o frequente e “inevitável tuteio” de narrador com o leitor, que se estabelece no plano ficcional, e o embate histórico do escritor com seu público “<sup>34</sup>.

Dessa forma, o autor Guimarães pontua o sentido da relação entre o escritor com seu público através dessa característica impregnada nos romances. Doravante, o seu trabalho se desdobra em três momentos: no primeiro, em torno do leitor Machado de Assis, ou seja, dos destinatários empíricos da prosa ficcional, segundo, no leitor enquanto construção ficcional no romance machadiano e terceiro, na reunião de textos publicados na imprensa brasileira sobre o lançamento das obras do bruxo do Cosme velho.<sup>35</sup>

O que importa para o professor Hélio de Seixas Guimarães é situar o vínculo de Machado de Assis com seu público, neste sentido o elo criado pelo escritor entre o narrador e o seu leitor ficcional, visto que num país em que mais de 80% da população

---

<sup>32</sup> WATT, Ian. Op. Cit, p. 16.

<sup>33</sup> GUIMARÃES, Hélio de Seixas. **Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século XIX**. São Paulo: Nankin/Edusp, 2004.

<sup>34</sup> Ibidem, p. 27.

<sup>35</sup> Ibidem, p. 30-31.

era analfabeta (censo de 1876), a circulação de livros era precária, era preciso cativar o onipresente leitor machadiano.

No romance *Esau e Jacó*<sup>36</sup>, o narrador-personagem Conselheiro Aires mantém com seu leitor um contato seminal sobre os acontecimentos políticos do Brasil oitocentista. O período de enredo se estabelece entre 1870 e 1894. A trama principal se concentra na família Santos onde os irmãos gêmeos: Pedro e Paulo vivem numa eterna quizila, principalmente por questões ideológicas, o primeiro monarquista, o segundo republicano, sem contar que os mesmos lutavam pelo amor da frágil Flora, filha única do casal Batista.

A narrativa descritiva do conteúdo do livro não compete a este trabalho, o que nos interessa é examinar a postura do Conselheiro Aires, que ao sair de casa na manhã de 15 de novembro de 1889 procura compreender a proclamação da república no Brasil, principalmente no seu diálogo com o personagem Custódio, dono de uma confeitaria, que mandara reformar a tabuleta do seu estabelecimento um dia antes ao 15 de novembro e não sabia se mantinha o nome “império” na mesma ou se colocava a palavra “república”<sup>37</sup>.

O sentimento de dúvida vivenciado pelo Conselheiro Aires sobre aquele momento nos remete ao questionamento, que recentemente na historiografia vem sendo revisitado<sup>38</sup>, a respeito da frase de Aristides Lobo sobre o advento da república: “o povo assistiu aquilo bestializado”<sup>39</sup>. Se essa foi à percepção que o Conselheiro Aires sentiu naquele instante não podemos afirmá-la, pois a sua postura de incerteza demonstra mais interesse em saber o que aconteceria realmente no país com o novo regime.

Neste sentido, não é preocupação deste trabalho auferir a postura ideológica de Machado de Assis (monarquista) ou (republicano) no exame desta passagem, mas considerar “que os romances, como um todo, pretendem transmitir grandes e importantes verdades históricas, de surpreendente profundidade e amplitude”<sup>40</sup>. Nas

---

<sup>36</sup> Lançado provavelmente em setembro de 1904 pela B. L. Garnier.

<sup>37</sup> ASSIS, J. M. Machado de. **Esau e Jacó**. São Paulo: Nova Cultural, 2003, p. 135-141.

<sup>38</sup> Cf. MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida: cultura democrática e científica do final do império**. Rio de Janeiro: FGV/Edur, 2007.

<sup>39</sup> Esta frase se encontra numa crônica escrita no dia 15 de novembro de 1889 e publicada três dias depois, apud, Mello, 2007.

<sup>40</sup> GLEDSON, John. **Machado de Assis: Ficção e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 17.

palavras do crítico literário John Gledson ficam evidentes que o bruxo do Cosme velho instigava seus leitores a problematizar os acontecimentos políticos do Brasil oitocentista.

No que tange a Esaú e Jacó, o leitor é convidado a imiscuir-se na alegoria política criada pelo autor na trama e é provocado a questionar as instituições políticas brasileiras através da postura inquietante do narrador-personagem Conselheiro Aires.

IV – O local e o universal: Gonçalves de Magalhães e Machado de Assis no cenário literário nacional – Considerações finais.

Ao longo deste trabalho procuramos demonstrar a posição reflexiva de dois escritores sobre a literatura brasileira: Domingos José Gonçalves de Magalhães e Joaquim Maria Machado de Assis. O primeiro, influenciado pela estética romântica europeia, buscou através do seu “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil (1836)” traçar os prolegômenos (Serra, 2009) do panorama literário brasileiro.

Dessa forma, valeu-se do forte sentimento de lusofobia criado no país emancipado (1822), omitiu o trabalho do escritor português Almeida Garrett (1799-1854), que publicou em 1826, “História de Poesia e Língua Portuguesa”. Tratou com desprezo os estudos dos estrangeiros (Bouterwek, Sismondi e Denis) por “alguma coisa disseram” sobre a historiografia literária brasileira, mesmo admitindo que como aqueles, sentiu dificuldade na pesquisa com as fontes.

O segundo, influenciado entre outros pelo escritor irlandês Laurence Sterne (1713-1768) procurou através de sua prosa problematizar as questões nacionais com a identidade particular do narrador com o leitor ficcional. Enquanto Magalhães objetivava a figura do índio como mito fundador da literatura nacional, especificamente na poesia, Machado de Assis buscava através da análise psicológica de seus personagens traçar uma visão da sociedade carioca oitocentista.

Dois escritores, duas formas diferentes de delinear a literatura brasileira. Este trabalho, que por ora se encerra, teve a incumbência de analisar o pensamento adverso de Gonçalves de Magalhães e Machado de Assis. Quem estava com a razão? Não nos cabe julgamento. Mas fico com uma frase do bruxo do Cosme velho, escrita no ensaio “Instinto de Nacionalidade”: “O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo

sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço”.

V – Fontes (Livro, ensaio)

ASSIS, J. M. Machado de. **Esaú e Jacó**. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

MAGALHÃES, Domingos J. Gonçalves de. **Ensaio sobre a história da literatura do Brasil** (1836). *Nitheroy*: Revista Brasileira: ciencias, letras e artes, Paris, Tomo I, vol. 1, 1836.

VI – Bibliografia

**A construção do Brasil** – fatos, pessoas e ideias que formaram a nação. Nossa História. Rio de Janeiro: Premídia, 2006.

GLEDSOON, John. **Machado de Assis: Ficção e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 17.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. **Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século XIX**. São Paulo: Nankin/Edusp, 2004.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1988, p. 5-27.

KARVAT, Erivan Cassiano. O lugar de Magalhães: História e Cânone no ensaio sobre a história da literatura do Brasil. **XI Congresso Internacional da Abralic**, 13 a 17 de julho de 2008. USP – São Paulo, Brasil, p. 1-9.

LYRA, M. de Lourdes Viana. Memória da Independência: marcos e representações simbólicas. **Revista Brasileira de História**. Vol. 15, nº 29, 1995, p. 173-206.

SERRA, Tânia Rebelo Costa. Prolegômenos a uma história da literatura no século XIX: o “Ensaio Sobre a História da Literatura do Brasil” (1836), de Domingos José Gonçalves de Magalhães. **Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia – aprender com a História?** Mariana: UFOP, NEHM/PPGHIS, 2009.

SOUZA, Iara L. Carvalho. Cap. 3. As várias representações do Brasil: a opção por D. Pedro. **Pátria Coroada. O Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)**. São Paulo: Edunesp, 1999, p. 91-106.

WATT, Ian. **A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding**. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.